



ÁGUAS LINDAS- GO

PREFEITURA DE ÁGUAS LINDAS - GOIÁS

Auxiliar De Creche
e Transporte Escolar

**EDITAL N. 01 – ABERTURA
E REGULAMENTO GERAL**

CÓD: SL-092DZ-23
7908433246343

Língua Portuguesa

1. Leitura, compreensão e interpretação de textos	7
2. Noções de fonética.	8
3. Conhecimento da língua: ortografia	10
4. Acentuação gráfica.....	10
5. Classe de palavras: substantivo: classificação/ flexão/ grau. Adjetivo: classificação/flexão/grau. Artigo: flexão e classificação. Numeral: classificação e flexão. Pronomes: colocação dos pronomes oblíquos, átonos. Verbo: emprego de tempos e modos. Preposição e conjunção: classificação e emprego. Advérbio: classificação e emprego. Interjeição: valor semântico da interjeição	12
6. Estrutura e formação das palavras.....	17

Matemática

1. Sistema de numeração.....	27
2. Operações com números naturais, decimais e fracionários	29
3. Conjuntos.....	37
4. Expressão numérica e algébrica.....	41
5. MMC e MDC	44
6. Potenciação.....	45
7. Razão. Proporção	46
8. Regra de três.....	48
9. Porcentagem. Juros simples.....	49
10. Equações do 1º Grau.....	51
11. Estatística básica	53
12. Medidas de Comprimento e Superfície. Medidas de volume e Capacidade. Medida de Massa	54
13. Noções de lógica.....	56

Conhecimentos Gerais

1. História, geografia, política, riquezas, economia, aspectos, personalidades, pontos turísticos do Brasil, do Estado de Goiás e do Município de Águas Lindas - GO	65
2. Noções de Hierarquia	127
3. Ecologia e Meio Ambiente	128
4. Noções de cidadania, higiene e saúde.	138
5. Normas de segurança do trabalho, do trânsito e uso de equipamentos de proteção individual	143
6. Atualidades	148

Noções de Legislação

1. Estatuto dos Servidores Públicos	149
2. Lei Orgânica Municipal.....	167
3. Constituição Federal de 1988 (artigos 1º ao 6º)	167

Conhecimentos Específicos Auxiliar De Creche e Transporte Escolar

1. A organização do trabalho na escola	175
2. Orientação Educacional e gestão democrática: contexto escolar e contexto social.....	177
3. Atividade de apoio a alunos com necessidades Educacionais e Especiais	178
4. Processo de desenvolvimento e aprendizagem nos primeiros anos de vida	193
5. a importância do brincar	199
6. Organização do trabalho na educação infantil: tempo e espaço	211
7. Planejamento na educação infantil: dinâmica e processos	217
8. O cotidiano na Educação Infantil: espaço, rotina, afetividade, alimentação, higiene, cuidados essenciais.....	228
9. O processo de construção do conhecimento científico pela criança	240
10. O ambiente Educacional e Familiar e a Participação dos Pais.....	249
11. Concepções Pedagógicas	249
12. Teorias Educacionais	259
13. Projetos Pedagógicos	261
14. Currículo	261
15. Avaliação.....	272
16. Didática Geral e Prática de Ensino	275
17. O Lúdico como Instrumento de Aprendizagem, o Jogo e o Brincar e a Prática Educativa	278
18. Noções gerais: de higiene. normas de segurança	278
19. prevenção de acidentes	298
20. integração escola X família e comunidade.....	301
21. Educação inclusiva	302
22. Combate à discriminação: de gênero, étnica, econômica, de credo	314
23. Parâmetros Curriculares Nacionais	322
24. Projetos Interdisciplinares	337
25. Temas transversais	338
26. Diretrizes e bases da educação na nova LDB	346
27. História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena.....	363
28. História da Educação.....	368
29. Lei Federal 8.069/90 - Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA	379

Entrevista: texto expositivo e é marcado pela conversa de um entrevistador e um entrevistado para a obtenção de informações. Tem como principal característica transmitir a opinião de pessoas de destaque sobre algum assunto de interesse.

Cantiga de roda: gênero empírico, que na escola se materializa em uma concretude da realidade. A cantiga de roda permite as crianças terem mais sentido em relação a leitura e escrita, ajudando os professores a identificar o nível de alfabetização delas.

Receita: texto instrucional e injuntivo que tem como objetivo de informar, aconselhar, ou seja, recomendam dando uma certa liberdade para quem recebe a informação.

NOÇÕES DE FONÉTICA.

FONOLOGIA – ESTRUTURA FONÉTICA

— Fonologia

Fonologia¹ é o ramo da linguística que estuda o sistema sonoro de um idioma. Ao estudar a maneira como os fones ou fonemas (sons) se organizam dentro de uma língua, classifica-os em unidades capazes de distinguir significados.

²A Fonologia estuda o ponto de vista funcional dos Fonemas.

— Estrutura Fonética

Fonema

O fonema³ é a menor unidade sonora da palavra e exerce duas funções: formar palavras e distinguir uma palavra da outra. Veja o exemplo:

C + A + M + A = CAMA. Quatro fonemas (sons) se combinaram e formaram uma palavra. Se substituirmos agora o som M por N, haverá uma nova palavra, CANA.

A combinação de diferentes fonemas permite a formação de novas palavras com diferentes sentidos. Portanto, os fonemas de uma língua têm duas funções bem importantes: **formar palavras e distinguir uma palavra da outra.**

Ex.: mim / sim / gim...

Letra

A letra é um símbolo que representa um som, é a representação gráfica dos fonemas da fala. É bom saber dois aspectos da letra: **pode representar mais de um fonema ou pode simplesmente ajudar na pronúncia de um fonema.**

Por exemplo, a letra X pode representar os sons X (*enxame*), Z (*exame*), S (*têxtil*) e KS (*sexo*; neste caso a letra X representa dois fonemas – K e S = KS). Ou seja, uma letra pode representar mais de um fonema.

Às vezes a letra é chamada de **diacrítica**, pois vem à direita de outra letra para representar um fonema só. Por exemplo, na palavra *cachaça*, a letra H não representa som algum, mas, nesta situação, ajuda-nos a perceber que CH tem som de X, como em *xaveco*.

1 <https://bit.ly/36RQAOb>.

2 <https://bit.ly/2slhcYZ>.

3 PESTANA, Fernando. *A gramática para concursos públicos*. – 1. ed. – Rio de Janeiro:

Elsevier, 2013.

Vale a pena dizer que nem sempre as palavras apresentam número idêntico de letras e fonemas.

Ex.: **bola** > 4 letras, 4 fonemas
guia > 4 letras, 3 fonemas

Os fonemas classificam-se em **vogais, semivogais e consoantes.**

Vogais

São fonemas produzidos livremente, sem obstrução da passagem do ar. São mais tônicos, ou seja, têm a pronúncia mais forte que as semivogais. São o centro de toda sílaba. Podem ser **orais** (timbre aberto ou fechado) ou **nasais** (indicadas pelo ~, m, n). As vogais são A, E, I, O, U, que podem ser representadas pelas letras abaixo. Veja:

A: brasa (oral), lama (nasal)
E: sério (oral), entrada (oral, timbre fechado), dentro (nasal)
I: antigo (oral), índio (nasal)
O: poste (oral), molho (oral, timbre fechado), longe (nasal)
U: saúde (oral), juntar (nasal)
Y: hobby (oral)

Observação: As vogais ainda podem ser tônicas ou átonas.

Tônica aquela pronunciada com maior intensidade. Ex.: café, bola, vidro.

Átona aquela pronunciada com menor intensidade. Ex.: café, bola, vidro.

Semivogais

São as letras “e”, “i”, “o”, “u”, representadas pelos fonemas (e, y, o, w), quando formam sílaba com uma vogal. Ex.: No vocábulo “história” a sílaba “ria” apresenta a vogal “a” e a semivogal “i”.

Os fonemas semivocálicos (ou semivogais) têm o som de I e U (apoiados em uma vogal, na mesma sílaba). São menos tônicos (mais fracos na pronúncia) que as vogais. São representados pelas letras I, U, E, O, M, N, W, Y. Veja:

– **paí:** a letra I representa uma semivogal, pois está apoiada em uma vogal, na mesma sílaba.

– **mouro:** a letra U representa uma semivogal, pois está apoiada em uma vogal, na mesma sílaba.

– **mãe:** a letra E representa uma semivogal, pois tem som de I e está apoiada em uma vogal, na mesma sílaba.

– **pão:** a letra O representa uma semivogal, pois tem som de U e está apoiada em uma vogal, na mesma sílaba.

– **cantam:** a letra M representa uma semivogal, pois tem som de U e está apoiada em uma vogal, na mesma sílaba (= cantãu).

– **dancem:** a letra N representa uma semivogal, pois tem som de I e está apoiada em uma vogal, na mesma sílaba (= dancêi).

– **hifen:** a letra N representa uma semivogal, pois tem som de I e está apoiada em uma vogal, na mesma sílaba (= híféi).

– **glutens:** a letra N representa uma semivogal, pois tem som de I e está apoiada em uma vogal, na mesma sílaba (= glutêis).

– **windsurf:** a letra W representa uma semivogal, pois tem som de U e está apoiada em uma vogal, na mesma sílaba.

– **office boy:** a letra Y representa uma semivogal, pois tem som de I e está apoiada em uma vogal, na mesma sílaba.

Para a assistência frente aos acidentes ocorridos no CEI, é importante que haja:

Caixa para primeiros socorros, contendo:

- Soro fisiológico;
- Sabão de coco;
- Gaze esterilizada ou pano limpo;
- Atadura;
- Esparadrapo;
- Algodão;
- Curativos transparentes;
- Água oxigenada;
- Termômetro;
- Tesoura.

Lista de endereços e telefones de:

- Centros de saúde;
- Hospitais e pronto-socorro infantis;
- Ambulância;
- Corpo de bombeiro;
- Famílias das crianças.

É importante que o CEI disponha de um contato no serviço de saúde de referência na região para facilitar o encaminhamento da criança em caso de emergência.

A criança precisa de proteção, e a vacina contra acidentes é a prevenção!

INTEGRAÇÃO ESCOLA X FAMÍLIA E COMUNIDADE

A integração da Escola x Família x Comunidade

Não há como pensarmos em educação sem o envolvimento da família nesse processo. Escola e família são instituições sociais muito presentes na vida escolar do aluno, de forma que só se pode pensar em sucesso educativo se pensarmos também em trabalho conjunto. Educar é sem dúvida um papel que recai sobre a família e a escola. Por isso, quanto mais estreita for essa relação, melhor será o resultado. Pais e professores têm objetivos comuns e precisam ser os mais cordiais, coerentes e responsáveis nesse processo.

Não há como conceber um compartilhamento da ação educativa sem considerar os contatos entre as famílias e os educadores. Essa é uma questão primordial que deve ser muito mais frequente na educação dos anos iniciais do que nas outras etapas, os contatos podem ser de várias naturezas: contatos rotineiros, reunião de pais, reuniões de, reuniões de conselho de escola, comemorações, trabalho do professor e informações da própria criança.

Todas as formas de contatos entre escola e família sevem para aproximar as famílias do universo escolar e para que a escola possa conhecer a dinâmica familiar daquele aluno, quanto mais à escola conhece o aluno e sua família mais próxima estarão do sucesso na educação dele.

Quando falamos na necessidade da relação entre família e escola, falamos principalmente na possibilidade de compartilhar critérios educativos para que possam minimizar as possíveis diferenças entre os dois ambientes, Para o aluno, é muito mais produtivo que os ambientes tenham ideias parecidas sobre educação. O crescimento harmonioso do aluno deve permear a colaboração entre as duas instâncias, família e escola, de forma que possa contribuir para:

Buscar meios para que a família possa criar o hábito de participar da vida escolar dos seus filhos, percebendo o quanto a família é importante no processo Ensino Aprendizagem do aluno, através de ações previstas no Projeto Político Pedagógico, propor alteração no Projeto Político Pedagógico com o intuito de melhorar o processo ensino aprendizagem, despertar as famílias, fazendo com que possam perceber a importância da participação nas atividades escolares dos filhos, promover atividades que permitam o envolvimento das famílias, criar momentos de integração entre pais, alunos e comunidade escolar, mostrando-lhes o quanto eles são importantes na vida escolar de seus filhos.

Relação Escola x Comunidade

Para Libâneo a organização de atividades que asseguram a relação entre escola e comunidade, implica ações que envolvem a escola e suas relações externas, tais como os níveis superiores de gestão do sistema escolar, os pais, as organizações políticas e comunitárias, as cidades e os equipamentos urbanos. O objetivo dessas atividades é buscar as possibilidades de cooperação e de apoio, oferecidas pelas diferentes instituições, que contribuam para o aprimoramento do trabalho da escola, isto é, para as atividades de ensino e de educação dos alunos. Espera-se especialmente, que os pais atuem na gestão escolar mediante canais de participação bem definidos.

Assim, podemos inferir que a participação efetiva da comunidade na escola é uma responsabilidade da escola. Essa participação traz, sem dúvidas, inúmeras vantagens, porém reconhece-se que há inúmeros obstáculos em relação a tal participação. Mesmo assim, a escola não deve desistir, pois essa participação deve ser entendida como uma questão política, que auxilia na construção da cidadania. Um bom começo para efetivas mudanças no padrão de participação da comunidade é, por exemplo, um incentivo e a implantação dos conselhos escolares que devem atuar de maneira ativa e autônoma.

Pais e mães podem participar de várias formas no ambiente escolar e na própria educação dos filhos, basta que a escola ofereça opções e dedique um tempo para que isso aconteça. Claro que essa não é uma tarefa fácil, uma vez que os professores estão envolvidos emocionalmente com seus alunos e famílias. Famílias e escola têm a responsabilidade de educar as crianças, para isso precisam estabelecer uma relação de parceria, aumentando as possibilidades de compartilhar critérios educativos que possam minimizar as possíveis diferenças entre os dois ambientes, escola e família.

Não há dúvidas que o ambiente escolar e a família compõem o meio social no qual o aluno está inserido. Eles dois mais o local em que localiza sua residência ou sua escola, bem como os laços sociais e econômicos compõem o meio social com forte interferência no aprendizado e na motivação para aprendê-lo.

A Educação como Responsabilidade de Todos

Observa-se nas últimas décadas, uma crescente preocupação com essa inserção da comunidade na escola, inclusive com programas voluntários, como os famosos “Amigos na escola”. Independentemente das questões ideológicas que esse tipo de participação possa suscitar sabemos que a comunidade tem um papel importante na construção da autonomia da escola, principalmente da escola pública porque essa correrá uma medida em que a escola se coloca a serviço dos interesses da população que dela necessita.

Paro argumenta que a ausência da comunidade na escola pública torna-se mais difícil a avaliação da qualidade do ensino oferecido. Os pais, até mesmo mais que os alunos, como co-usuário da escola, são capazes de apontar problemas e, muitas vezes, sugerir ações para solução deles. Além de todos esses aspectos é ainda importante realizar a divisão do poder na escola possibilitando a comunidade participar da tomada de decisões.

A relação entre escola e comunidade precisa ser um espaço aberto onde favoreça e solicite a participação de toda essa abertura aponta para o caráter interdependente da escola. Essa interação entre escola e comunidade é amparada por leis que exigem, por exemplo, a criação dos conselhos escolares. Essas são estratégias de interação e de democratização do espaço escolar e favorecem a democratização do ensino.

Gestão Escolar Democrática

A escola tem como uma de suas atribuições desenvolver ações e atividades que ensinem e aprimorem o respeito às diferenças entre todos. Para tanto, se faz necessário que a escola efetive ações em prol do desenvolvimento da cidadania. É nesse contexto que se destaca a gestão democrática do ensino público, princípio constitucional que traduz a participação ativa e cidadã da comunidade escolar e local na condução da escola, pois a gestão da escola é um ato político que implica tomada de decisões que não podem ser individuais, mas coletivas.

No contexto educacional, a democracia deve ser o princípio norteador da prática pedagógica, configurando-se como fundamento das ações escolares. Desse modo, o desenvolvimento de práticas democrático é parte da construção de um sistema que respeita os direitos individuais e coletivos de todos. Assim, é fundamental que a escola efetive ações que concretizem a gestão democrática, entre elas, a efetivação do Conselho da Escola e a realização de eleições diretas para direção e vice direção.

No entanto, para que a gestão democrática se concretize é essencial o desenvolvimento de ações pautada nos princípios de autonomia e interculturalismo, em processos de participação e de cooperação na construção de uma sociedade mais justo e igualitária. Para tanto, o processo de ensino-aprendizagem é fundamental, pois por meio de práticas democráticas desenvolvidas em sala de aula se vivencia e se aprende o respeito às diferenças, possibilitando a resolução positiva de conflitos e favorecendo a realização de objetivos coletiva.

Portanto, se a escola busca desenvolver valores democráticos como o respeito, a justiça, a liberdade e a solidariedade, devem necessariamente, democratizar os métodos e os processos de ensino-aprendizagem e, fundamentalmente, o relacionamento entre professor e aluno. Professores que estabelecem relações horizontais com seus alunos, propiciando o diálogo sobre conteúdos e vivências, conseguem concretizar intervenções que atendem às questões individuais e coletivas. Essa atitude, além de respeitar as condições e possibilidades de cada um, proporciona o êxito do processo de ensino-aprendizagem.

A Relação Família x Escola

Há inúmeros fatores a serem levados em conta na consideração da relação família/escola. O primeiro deles, é que a ação educativa dos pais difere, necessariamente, da escola, dos seus objetivos, conteúdos, métodos, no padrão de sentimentos e emoções que estão em jogo, na natureza dos laços pessoais entre os protagonistas e, evidentemente, nas circunstâncias em que ocorrem.

Outra consideração refere-se ao comportamento das famílias das diferentes camadas sociais em relação à escola pública, famílias de classe média desenvolvem estratégias de participação, tendo em vista a criação de condições para o sucesso escolar de seus filhos, além dos pais, o nível de escolaridade e a facilidade de verbalização possibilitam a esses pais uma crítica que famílias das classes trabalhadoras não conseguem ou não ousam fazer.

Outro fator a ser considerado refere-se às estratégias de socialização escolar, se são complementares ou não às da escola, e isto depende muito de classe social que a família pertence. As famílias podem desenvolver práticas que venham facilitar a aprendizagem escolar (por exemplo: preparar para a alfabetização) e desenvolver hábitos coerentes com os exigidos pela escola (por exemplo: hábitos de conversação) ou não.

Além de estratégias de socialização, as famílias diferem uma das outras quanto a modelos educativos. Bouchard distingue, de forma geral, três modelos: o “racional”, o “humanista” e o “simbiossinérgico”. No racional, os pais mantêm uma hierarquia na qual decidem e impõem suas decisões sobre as atividades e o futuro dos filhos. Dão muita importância à disciplina, à ordem, à submissão, à autoridade. Nas suas estratégias educativas, os pais distribuem ordens, impõem, ameaçam, criticam, controlam, proíbem, dão as soluções para a criança. Orientam mais para um conformismo do que para a autonomia.

No modelo humanista, os pais se colocam mais como guias, dando aos filhos o poder de decisão, numa política que Bouchard chama de autogestão no poder pela criança. Entre as estratégias educativas estão as seguintes: permite e estimula a expressão das emoções pelos filhos, encoraja nos seus empreendimentos, reconhece e valoriza as capacidades dos filhos, favorece a autonomia e a autodeterminação nos seus filhos sua comunicação orienta-se necessidades dos filhos.

No modelo simbiossinérgico há uma co-gestão do poder, responsáveis e filhos são parceiros nas atividades que dizem respeito a ambos. Na relação escola-família, há uma valorização da interdependência e da reciprocidade. Podemos dizer que este modelo é mais democrático, pois os pais deixam de lado essa hierarquia e tratam os filhos como iguais, com todos respeitando os mesmos deveres e direitos, bem como partilhando responsabilidades cotidianas. Essa relação possibilitará o desenvolvimento de uma consciência social baseada na troca de experiências, sentimentos e emoções.

Os conflitos entre famílias e escolas podem advir das diferenças de classes sociais, valores, crenças, hábitos de interação e comunicação subjacentes aos modelos educativos. Tanto crianças como pai pode comportar-se segundo modelos que não são da escola. Isto pode não ser um problema para as famílias das camadas sócias mais altas, quem tem a possibilidade de escolher uma escola que se assemelhe ao seu próprio modelo. Esta não é a realidade para as classes trabalhadoras. Os modelos adotados pelas escolas dependem, em geral, da disposição das diretorias e de sua orientação.

EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Segundo dados da Organização Mundial de Saúde – OMS, aproximadamente 10% de qualquer população são portadoras de algum tipo de deficiência. O Brasil possui atualmente cerca de mais

Parágrafo único. Incide nas mesmas penas quem oferece ou efetiva a paga ou recompensa.

Art. 239. Promover ou auxiliar a efetivação de ato destinado ao envio de criança ou adolescente para o exterior com inobservância das formalidades legais ou com o fito de obter lucro:

Pena - reclusão de quatro a seis anos, e multa.

Parágrafo único. Se há emprego de violência, grave ameaça ou fraude: (Incluído pela Lei nº 10.764, de 12.11.2003)

Pena - reclusão, de 6 (seis) a 8 (oito) anos, além da pena correspondente à violência.

Art. 240. Produzir, reproduzir, dirigir, fotografar, filmar ou registrar, por qualquer meio, cena de sexo explícito ou pornográfica, envolvendo criança ou adolescente: (Redação dada pela Lei nº 11.829, de 2008)

Pena – reclusão, de 4 (quatro) a 8 (oito) anos, e multa. (Redação dada pela Lei nº 11.829, de 2008)

§ 1º Incorre nas mesmas penas quem agencia, facilita, recruta, coage, ou de qualquer modo intermedeia a participação de criança ou adolescente nas cenas referidas no caput deste artigo, ou ainda quem com esses contracenar. (Redação dada pela Lei nº 11.829, de 2008)

§ 2º Aumenta-se a pena de 1/3 (um terço) se o agente comete o crime: (Redação dada pela Lei nº 11.829, de 2008)

I – no exercício de cargo ou função pública ou a pretexto de exercê-la; (Redação dada pela Lei nº 11.829, de 2008)

II – prevalecendo-se de relações domésticas, de coabitação ou de hospitalidade; ou (Redação dada pela Lei nº 11.829, de 2008)

III – prevalecendo-se de relações de parentesco consanguíneo ou afim até o terceiro grau, ou por adoção, de tutor, curador, preceptor, empregador da vítima ou de quem, a qualquer outro título, tenha autoridade sobre ela, ou com seu consentimento. (Incluído pela Lei nº 11.829, de 2008)

Art. 241. Vender ou expor à venda fotografia, vídeo ou outro registro que contenha cena de sexo explícito ou pornográfica envolvendo criança ou adolescente: (Redação dada pela Lei nº 11.829, de 2008)

Pena – reclusão, de 4 (quatro) a 8 (oito) anos, e multa. (Redação dada pela Lei nº 11.829, de 2008)

Art. 241-A. Oferecer, trocar, disponibilizar, transmitir, distribuir, publicar ou divulgar por qualquer meio, inclusive por meio de sistema de informática ou telemático, fotografia, vídeo ou outro registro que contenha cena de sexo explícito ou pornográfica envolvendo criança ou adolescente: (Incluído pela Lei nº 11.829, de 2008)

Pena – reclusão, de 3 (três) a 6 (seis) anos, e multa. (Incluído pela Lei nº 11.829, de 2008)

§ 1º Nas mesmas penas incorre quem: (Incluído pela Lei nº 11.829, de 2008)

I – assegura os meios ou serviços para o armazenamento das fotografias, cenas ou imagens de que trata o caput deste artigo; (Incluído pela Lei nº 11.829, de 2008)

II – assegura, por qualquer meio, o acesso por rede de computadores às fotografias, cenas ou imagens de que trata o caput deste artigo. (Incluído pela Lei nº 11.829, de 2008)

§ 2º As condutas tipificadas nos incisos I e II do § 1º deste artigo são puníveis quando o responsável legal pela prestação do serviço, oficialmente notificado, deixa de desabilitar o acesso ao conteúdo ilícito de que trata o caput deste artigo. (Incluído pela Lei nº 11.829, de 2008)

Art. 241-B. Adquirir, possuir ou armazenar, por qualquer meio, fotografia, vídeo ou outra forma de registro que contenha cena de sexo explícito ou pornográfica envolvendo criança ou adolescente: (Incluído pela Lei nº 11.829, de 2008)

Pena – reclusão, de 1 (um) a 4 (quatro) anos, e multa. (Incluído pela Lei nº 11.829, de 2008)

§ 1º A pena é diminuída de 1 (um) a 2/3 (dois terços) se de pequena quantidade o material a que se refere o caput deste artigo. (Incluído pela Lei nº 11.829, de 2008)

§ 2º Não há crime se a posse ou o armazenamento tem a finalidade de comunicar às autoridades competentes a ocorrência das condutas descritas nos arts. 240, 241, 241-A e 241-C desta Lei, quando a comunicação for feita por: (Incluído pela Lei nº 11.829, de 2008)

I – agente público no exercício de suas funções; (Incluído pela Lei nº 11.829, de 2008)

II – membro de entidade, legalmente constituída, que inclua, entre suas finalidades institucionais, o recebimento, o processamento e o encaminhamento de notícia dos crimes referidos neste parágrafo; (Incluído pela Lei nº 11.829, de 2008)

III – representante legal e funcionários responsáveis de provedor de acesso ou serviço prestado por meio de rede de computadores, até o recebimento do material relativo à notícia feita à autoridade policial, ao Ministério Público ou ao Poder Judiciário. (Incluído pela Lei nº 11.829, de 2008)

§ 3º As pessoas referidas no § 2º deste artigo deverão manter sob sigilo o material ilícito referido. (Incluído pela Lei nº 11.829, de 2008)

Art. 241-C. Simular a participação de criança ou adolescente em cena de sexo explícito ou pornográfica por meio de adulteração, montagem ou modificação de fotografia, vídeo ou qualquer outra forma de representação visual: (Incluído pela Lei nº 11.829, de 2008)

Pena – reclusão, de 1 (um) a 3 (três) anos, e multa. (Incluído pela Lei nº 11.829, de 2008)

Parágrafo único. Incorre nas mesmas penas quem vende, expõe à venda, disponibiliza, distribui, publica ou divulga por qualquer meio, adquire, possui ou armazena o material produzido na forma do caput deste artigo. (Incluído pela Lei nº 11.829, de 2008)

Art. 241-D. Aliciar, assediar, instigar ou constranger, por qualquer meio de comunicação, criança, com o fim de com ela praticar ato libidinoso: (Incluído pela Lei nº 11.829, de 2008)

Pena – reclusão, de 1 (um) a 3 (três) anos, e multa. (Incluído pela Lei nº 11.829, de 2008)

Parágrafo único. Nas mesmas penas incorre quem: (Incluído pela Lei nº 11.829, de 2008)

I – facilita ou induz o acesso à criança de material contendo cena de sexo explícito ou pornográfica com o fim de com ela praticar ato libidinoso; (Incluído pela Lei nº 11.829, de 2008)

II – pratica as condutas descritas no caput deste artigo com o fim de induzir criança a se exhibir de forma pornográfica ou sexualmente explícita. (Incluído pela Lei nº 11.829, de 2008)

Art. 241-E. Para efeito dos crimes previstos nesta Lei, a expressão “cena de sexo explícito ou pornográfica” compreende qualquer situação que envolva criança ou adolescente em atividades sexuais explícitas, reais ou simuladas, ou exibição dos órgãos genitais de uma criança ou adolescente para fins primordialmente sexuais. (Incluído pela Lei nº 11.829, de 2008)

19-(FGV - Professor III (Paulínia)/Educação Especial/2016)

Uma escola da rede municipal de Paulínia deve receber, no próximo ano letivo, crianças com diferentes tipos de deficiência física. A diretora, desde que soube de tal situação, começou a se reunir regularmente com os membros da equipe de gestão, os educadores, funcionários, alunos e pais com a finalidade de adequar e rever o projeto político-pedagógico da escola.

A esse respeito, assinale V para a afirmativa verdadeira e F para a falsa.

() O projeto político-pedagógico, referência para definir a prática escolar, deve ser construído no âmbito da escola observando as necessidades educacionais especiais dos alunos.

() O projeto político-pedagógico deve observar o princípio da flexibilização, para que o acesso ao currículo seja adequado às condições dos discentes, respeitando seu caminhar próprio.

() O projeto político-pedagógico deve prever adaptações físicas no prédio escolar e nas áreas livres, na sala de aula e no mobiliário para receber esses alunos de forma satisfatória.

As afirmativas são, respectivamente,

- (A) V, V e F.
- (B) V, V e V.
- (C) F, V e V.
- (D) V, F e V.
- (E) F, V e F.

20-(FGV - Professor (SEE PE)/Biologia/2016 (e mais 5 concursos))

A elaboração do Projeto Político-Pedagógico é indicada na Lei de Diretrizes e Bases da Educação como uma forma de exercer a gestão democrática na escola, sendo uma oportunidade para “o gestor reconhecer e concretizar a participação de todos na definição de metas e na implementação de ações. Além disso, a equipe assume a responsabilidade de cumprir os combinados e estar aberta a cobranças”.

As afirmativas a seguir apresentam possíveis encaminhamentos para a elaboração do Projeto Político-Pedagógico nas escolas.

I. Adotar modelos prontos ou encomendar o PPP a consultores externos.

II. Convidar representantes de todos os setores da escola para pensarem a elaboração do documento.

III. Desconsiderar os conflitos de ideias que surgem durante os debates.

Assinale a(s) afirmativa(s) contrária(s) ao caráter proposto para o documento pela legislação citada.

- (A) Apenas I.
- (B) Apenas I e III.
- (C) Apenas I e II.
- (D) Apenas II e III.
- (E) I, II e III.

21-(FGV - Técnico em Desenvolvimento Infantil (SME Cuiabá)/Magistério ou Pedagogia/2015)

Rita, Paulo e Elizabeth são professores da rede municipal de ensino e trabalham em escolas diferentes.

Sobre a elaboração do Projeto Político Pedagógico (PPP) dessas escolas, analise as afirmativas a seguir.

I. Na escola de Rita, o PPP foi elaborado pela equipe de direção (diretores e coordenadores pedagógicos);

II. Na escola do Paulo foram contratados consultores externos para a elaboração do documento;

III. Na escola da Elizabeth, os representantes de cada segmento de ensino e os representantes dos funcionários reuniram-se junto com a equipe de direção (diretores e coordenadores pedagógicos) para a elaboração do PPP.

Assinale a opção que indica a escola em que houve a maior proximidade com o proposto pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/96) para a gestão democrática do ensino público.

- (A) somente a escola de Rita.
- (B) somente nas escolas do Paulo e de Rita.
- (C) somente na escola da Elizabeth.
- (D) somente nas escolas de Elizabeth e de Paulo.
- (E) Nas três escolas.

22-(FGV - Analista Judiciário (TJ GO)/Especializada/Pedagogo/2014)

Para Vitor Henrique Paro, a administração escolar vai para muito além do mero gerenciamento dos recursos materiais da escola, configurando-se em um trabalho de construção conjunta de leitura da realidade e de efetivação de metas e objetivos necessários e desejáveis para os diferentes sujeitos que passam por esta instituição. Em suas palavras:

“Dessa forma, o que determina o caráter [...] da administração é a natureza dos objetivos que ela busca concretizar, os quais – em conjunto e como resultante das forças sociais predominantes em um determinado momento histórico, de uma dada formação econômico-social – acabam por determinar a própria forma em que se dá a atividade administrativa.”

(Paro, V. H. *Administração Escolar: introdução crítica*. 17ª Ed. Cortez Editora, São Paulo. 2012. P. 206.)

Nessa medida, é essencial que a gestão da escola se guie pelas perspectivas, concepções e metas elaboradas e planejadas em conjunto pela comunidade escolar, por meio, sobretudo:

- (A) dos parâmetros curriculares adotados pela escola;
- (B) da análise dos diferentes planos de aula da escola;
- (C) do Projeto Político Pedagógico da escola;
- (D) do planejamento semestral da escola;
- (E) dos projetos adotados e produzidos pela escola.

23-(FGV - Gerente de Organização Escolar do Estado de SP/2014)

Com relação à elaboração do Projeto Político Pedagógico de uma escola da rede de ensino público estadual, assinale a afirmativa correta.

- (A) A Diretora escolhe uma equipe de professores e, com eles, elabora o PPP.
- (B) Os professores elaboram a proposta inicial do PPP e a apresentam à Diretora para revisão.